

O roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil, de Adalberto Paranhos. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

Diorge Alceno Konrad*
Glaucia Vieira Ramos Konrad**

Como resultado de uma dissertação de mestrado em ciência política na Unicamp, a edição em livro de *O roubo da fala* é bem-vinda para cientistas sociais e historiadores. Por ser resultado de um trabalho sério de pesquisa em fontes primárias, ignorado muitas vezes em dissertações e teses da área das ciências sociais e, uma construção teórica consistente, abominada atualmente por muitos historiadores, o texto de Paranhos é um exemplo de que, cada vez mais, pode-se produzir trabalhos de fôlego, onde as fontes de arquivo dialogam/conflituam com as posições epistemológicas dos diversos autores.

É bem-vinda também por retomar, de forma original, a análise da chamada “Era Vargas”, centrando a interpretação em torno do trabalhismo. Assim, o trabalhismo teria sido “fabricado pelos intelectuais vinculados ao projeto político de Vargas”, mas a partir da incorporação e apropriação “de elementos das representações ideológicas das classes dominadas”, como afirma no prefácio Caio Navarro de Toledo. O argumento central, então, é que a ideologia do trabalhismo não nasce do nada durante o primeiro Governo de Vargas entre 1930 a 1945, ou que é simplesmente uma “invenção” do Estado nesse período. Mas, como ressalta Paranhos na introdução, a consolidação da ideologia do trabalhismo, principalmente em torno de 1942 – justamente quando o Estado Novo passou a perder sua base de apoio político e social –, deve ser buscada nas reivindicações e lutas dos trabalhadores no período pré-1930.

* Professor-assistente do Departamento de História da UFSM e doutorando em História Social do Trabalho da Unicamp.

** Doutoranda em História Social do Trabalho da Unicamp, na linha “Trabalho, política e movimentos sociais”.

Dessa forma, poderemos compreender como o “controle político das classes trabalhadores” caracterizou-se como uma “fala roubada” dos próprios trabalhadores e, como ela foi devolvida, como “reação de um Estado capitalista que não podia continuar subestimando a ‘questão social’.”

Esta hipótese central de argumentação vai buscar em autores de concepções teóricas diversas – como Antonio Gramsci, Roland Barthes e Ernst Cassirer, em destaque entre outros – a consideração, tão cara ao pensador marxista italiano, de que “o campo da ideologia” é “um terreno tensionado” de forma “permanente pela luta de classes”, como evidencia apropriadamente Caio Navarro na introdução. Isso, sobretudo porque a ideologia “é um domínio de contestação e negociação” nas “fronteiras das diferentes classes e grupos” como indica Terry Eagleton e, que no caso do trabalhismo tornou-se “uma fala roubada dos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito”, como ensina Roland Barthes. Aqui, o historicismo gramsciano da tradição marxista encontra o estruturalismo mais flexível dos primeiros trabalhos de Barthes sobre as mitologias, a fim de que as classes e os atores históricos concretos sejam explicados em suas construções ideológicas, num dos períodos mais tensos da formação social brasileira contemporânea.

Mesmo que os trabalhadores apareçam menos – projeto justificado pelo autor para ser desenvolvido em tese de doutorado –, pois o livro privilegia a produção intelectual e os discursos de Azevedo de Amaral, Oliveira Vianna, Francisco Campos, Marcondes Filho e Getúlio Vargas, o entendimento das elaborações desses ideólogos e políticos, aliadas em menor escala ao estudo da conjuntura brasileira e internacional do período, explica, em um texto ágil e atrativo para não-acadêmicos, a presença até hoje no imaginário da população brasileira das defesas de Vargas como “Pai dos Pobres” e do Estado como um “doador” da legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Tudo isso como forma de neutralizar e apagar da memória as lutas sociais dos trabalhadores no pré e pós-1930.

Se, como afirma Terry Eagleton, “preocupar-se com a questão teórica e com os efeitos políticos das ideologias pode ser uma forma de luta no plano do pensamento”, desvendar o caminho como o Estado varguista e as classes dominantes se apropriaram e re-significaram os projetos dos trabalhadores naquele período torna-se pertinente para se entender a “doação” como uma con-

quista. Esta assertiva é primordial para os trabalhadores, na atualidade, quando vêm seus direitos sendo atingidos por aqueles que estão à frente do projeto político, econômico e social ora em curso no Brasil. Pois, desconstruir a “Era Vargas” significa também desconstruir os direitos sociais dos trabalhadores. Sem estar explícito no texto, o livro de Adalberto Paranhos leva-nos a essa percepção, pois, se o trabalhismo voltou-se para o “disciplinamento das massas” por um lado, por outro, “por maior que tenha sido a dominação político-ideológica” das classes trabalhadoras, elas não podem “ser reduzidas a pura massa de manobra, destituídas por completo de sua condição de sujeito político”, afirma o autor nas considerações finais.

Nesse sentido, o livro tem importância de análise histórica passada e presente, o que retoma a noção de processo histórico na construção do conhecimento, onde se percebe como os sujeitos em luta constroem/reconstroem a sua própria história, interpretação tão desqualificada pelos “pós-estruturalistas”, mas que ainda é fundamental para aqueles que procuram seus projetos na história.

Se a “questão social”, na década de 1930, passa a ser atacada no país de modo mais sistemático, importa salientar que ela não foi uma preocupação apenas do Governo Vargas, a partir do Movimento de 30. Por isso, as teses historiográficas que incorporam o discurso construído pelo governo, de que só a partir desse momento a “questão social deixa de ser um caso de polícia”, são absolutamente empobrecedoras. Sobretudo por que incorporam o discurso mitificado, ignorando que a questão social já era preocupação política de parte das classes dominantes antes de 1930 (Rui Barbosa, em pronunciamento de 20 de março de 1919, defendia o trabalho como uma grandeza e não um castigo), ou subestimam que após a “revolução” as classes dominantes brasileiras continuaram a defender a “questão social” como caso de polícia, principalmente contra aqueles que não aceitavam a dominação do projeto varguista. Isso destaca-se no pré-1937 e reforça-se após a ditadura do Estado Novo.

O livro procura também enfrentar a questão do Estado, sendo que as principais referências teóricas são as análises do período 1930-1945 desenvolvidas por Bolívar Lamounier e Francisco Weffort. Nesse caso, as considerações do autor nos remetem a um dos pontos problemáticos em muitas produções acadê-

micas do Brasil, principalmente desde os anos 1960. Paranhos procura se afastar dos reducionismos freqüentes que ora enquadram o Estado apenas como uma expressão política dos interesses das classes dominantes, ora dão a ele autonomia absoluta. A percepção da “margem de manobra” do Estado “diante das próprias frações das classe dominantes” auxiliam no entendimento de como elas relutam em implementar a legislação trabalhista a partir de 1930.

O corporativismo, como categoria teórica e/ou momento histórico, em substituição ao populismo, torna-se imperioso para a percepção da “necessidade imperiosa de converter patrões e proletários em forças orgânicas de cooperação incorporada ao Estado”, apropriadamente considerada por Paranhos, de maneira algum pode dar a entender que o Estado tinha uma autonomia absoluta diante das classes dominantes. Se é correto que “a ideologia do trabalhismo alimentou a reafirmação da incapacidade política das classes trabalhadoras”, atacando obsessiva e principalmente a “autonomia organizativa” e a “independência político-ideológica da classe operária”, impondo a “tutela corporativista em troca da subordinação política do proletariado”, como está em *O roubo da fala*, percebê-la como “ideologia do Estado”, seguindo a construção de tendências liberais de Bolívar Lamounier, implica uma problemática não resolvida apropriadamente pelo autor em seu texto.

Explicamos: a incorporação acrítica de Lamounier, elaborada pelos ideólogos do Estado pós-30, conceituando-o como “Estado Autoritário”, defendido abertamente por Azevedo Amaral, Francisco Campos e Getúlio Vargas, impede de dar conseqüência ao entendimento do corporativismo. Queremos indicar, a partir de uma discussão ainda não resolvida teoricamente, que o corporativismo, considerado como uma ideologia de Estado – independentemente de ser uma ideologia da classe dominante ou não --, pode nos dar a indicação de caracterizá-lo como fascista. Pois, o fascismo foi categoria usada largamente pela oposição de esquerda a Vargas, sobretudo pelos militantes sindicais e partidários, em especial do PCB. Tal debate, se não levado em conta, pode ser crucial no entendimento da relação entre ideologia e política em qualquer desmistificação da construção de uma ideologia dominante ou no desvelamento dos discursos daqueles que controlam o Estado e sua relação com as suas bases sociais. Ressalva-se, aqui, que a diferença teórica é que

Bolívar Lamounier entende a ideologia do Estado autoritário como não mobilizadora, enquanto Paranhos considera que “a perspectiva de mobilização está posta, ao menos potencialmente, na ideologia de Estado, tal como esta se expressa durante a ditadura estado-novista”.

Por outro lado, o entendimento de que o populismo como projeto não estava dado no início do movimento de 1930, leva Paranhos a enfatizar que apenas nos anos 1942-45 é que se verificará o “primeiro balão de ensaio de mobilização populista no Brasil da ‘era Vargas’”. Mesmo que não desenvolvido no livro, historicamente foi notória a defesa do corporativismo pelos “tenentes” e principais aliados de Vargas em 1930, como Osvaldo Aranha, Francisco Campos e Lindolpho Collor – ver os programas das Legiões Revolucionárias e do Clube 3 de Outubro –, Paranhos contrapõe-se convincentemente (aqui a influência das teses de Ângela Maria Carneiro Araújo em *Construindo o consentimento - corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30* é evidente) àqueles que detectam o populismo desde o início da constituição do poder das oligarquias dissidentes em outubro de 1930. A consideração acima, por outra dimensão, contrapõe-se às teses a-históricas (como a de Boris Fausto em *Trabalho urbano e conflito social*) de que os “sindicalistas amarelos” da “República Velha” seriam o embrião do trabalhismo getulista, o que representa mais um mérito do trabalho de Paranhos. O único senão é uma falta de esclarecimento maior na nota 4 do Capítulo II, quando o autor não diferencia a posição de Boris Fausto daquela de Cláudio Batalha, que em sua tese de doutoramento, *Le syndicalisme “Amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*, não propõe que o reformismo dos “amarelos” foi a gênese do trabalhismo varguista.

A linha argumentativa de Adalberto Paranhos, resultado de criteriosa construção teórica, ganha pontos também quando, sem ignorar a importância da obra de Ângela de Castro Gomes (com destaque para *Burguesia e trabalho - política e legislação social no Brasil - 1917-1937* e *A invenção do trabalhismo*, referências obrigatórias para o estudo do período), aponta para os seus limites. Aqui destaca-se a crítica à visão da autora que não vê relação entre a repressão do Estado varguista entre 1935 a 1942 e a construção e implementação do projeto trabalhista, no Capítulo II. Já no capítulo seguinte, enquanto

Castro Gomes vê a conjuntura de 1942 como o marco inicial do período de “transição” do “Estado Novo”, Paranhos fala que, no período, se deflagra uma operação política que buscava assegurar a manutenção do “Estado Novo” ou, no mínimo, a continuidade política de Vargas e seus aliados. No quarto capítulo, outra passagem do autor reforça a tese de que o discurso estatal não apagava a memória da “palavra” dos trabalhadores, ao passo que Ângela defende o contrário em *A invenção do trabalhismo*. Outro ponto de destaque, no quinto capítulo, é a contraposição à compreensão da historiadora em torno do “pacto social” entre trabalhadores e governo na defesa da legislação trabalhista, presentes em *A invenção do trabalhismo*, pois como coloca Paranhos, “a idéia mesma de ‘pacto social’ sob a ditadura estado-novista me soa um tanto quanto estranha (...) quando a uma das partes é tolhido o direito de exprimir a própria voz”. Aqui não se trata de fazer uma “crítica paulista” em oposição às interpretações que “dão maior positividade a ‘Era Vargas’”, comuns nas posições teóricas de muitas teses produzidas em torno da Fundação Getúlio Vargas. Importa ressaltar que ambas as visões, unilaterais pelo conteúdo, expressam divergências de “elites” políticas regionais, muitas vezes elevadas a elaborações teóricas por intelectuais da academia.

Dessa tipologia de interpretação é que surgirão as teses da “apatia política dos trabalhadores”, justificadas pela “origem rural do operariado brasileiro”. Aliás, Paranhos identifica muito bem as considerações sobre o “atraso político” da classe operária devido a sua “origem camponesa”, a qual resultaria na “fraqueza do sindicalismo brasileiro”: teses construídas pelos ideólogos do trabalhismo e que foram repetidas acriticamente, como se fossem “mais uma formulação procedente da área das Ciências Sociais”, e que fizeram escola, a partir da década de 1960, com as obras de Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues.

Assim, o convite para a leitura de *O roubo da fala*, além de ser um “passeio musical” que enriquece o contexto analisado e o texto é um estímulo de apreciação nas intermináveis e discutíveis, felizmente, contribuições que as ciências sociais têm dado aos historiadores, e vice-versa, para ampliarmos as interpretações sobre um dos períodos mais complexos da formação social brasileira contemporânea.